

SUMÁRIO EXECUTIVO

# SAÚDE NA LINHA DE TIRO

IMPACTOS DA GUERRA ÀS DROGAS NO ACESSO  
AOS SERVIÇOS DE SAÚDE NO RIO DE JANEIRO



**DROGAS:**  
QUANTO  
CUSTA  
PROIBIR



Centro de Estudos de Segurança e Cidadania

### **Coordenação geral**

Julita Lemgruber

### **Coordenação de pesquisa**

Mariana Siracusa

### **Pesquisadoras**

Mariana Siracusa

Rachel Machado

Paula Napolião

### **Consultores**

Ana Paula da Cunha

Eduardo Ribeiro

Felipe Freitas

Francisco Inácio Bastos

Ignacio Cano

Jurema Mota

Marcos Dantas

### **Revisão**

Carolina Botelho

### **Comunicação**

Kecila Barcelos

Renato Cafuzo

Thayná Alves

### **Ilustração**

Laerte

### **Gerência de projetos**

Ana Paula Andrade

### **Apoio**

Oak Foundation

OSF Foundations

*Drogas: Quanto Custa Proibir* é um projeto desenvolvido pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) que tem como objetivo analisar o custo monetário e orçamentário da proibição das drogas em quatro áreas: Segurança e Justiça, Educação, Saúde e Território. A primeira etapa (“Um tiro no pé”) estimou o custo da implementação da Lei de Drogas (Lei 11.343/06) no sistema de justiça criminal dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. A segunda (“Tiros no Futuro”) analisou o impacto da guerra às drogas nos resultados escolares - aprendizagem, reprovação e abandono para alunos do 5º ano da rede municipal do Rio de Janeiro e os efeitos da perda de aprendizado na renda futura.

A presente etapa tem como objetivo medir os impactos da guerra às drogas na oferta dos serviços públicos de saúde e no estado de saúde dos moradores de comunidades cariocas afetadas por tiroteios com a presença de agentes de segurança, além de calcular os custos econômicos associados a esses impactos.

Para conhecer os dados e relatórios completos, acesse: [www.drogasquantocustaproibir.com.br](http://www.drogasquantocustaproibir.com.br)



Viver na linha de tiro é viver sob tensão. Os tiros não só matam e ferem, como impactam de muitas formas a saúde de milhares de moradores de favelas. Conviver com as violações de direitos provocadas por recorrentes operações policiais causa danos irreparáveis. Quem sobrevive sente no corpo e na mente os impactos de uma escolha política que produz diversas violências e custa caro aos cofres públicos.

Os prejuízos à saúde são o foco desta terceira etapa do projeto *Drogas: Quanto Custa Proibir*. O estudo se debruça sobre dados de diversas fontes para estimar os efeitos da fracassada política de guerra às drogas sobre a saúde física e mental dos moradores de favelas cariocas sistematicamente expostos a tiroteios com a presença de agentes de segurança pública, bem como alguns dos custos econômicos decorrentes desses episódios.

Falar sobre saúde no Brasil é refletir sobre desigualdades extremas na medida em que parcelas consideráveis da população têm sido alijadas de várias dimensões da cidadania. Mesmo após a promulgação da Constituição Federal, em 1988, que garantiu a inclusão e ampliação de direitos fundamentais a todos os brasileiros, o acesso à educação de qualidade, renda, trabalho e saúde continua muitíssimo limitado, especialmente no que diz respeito à população negra e periférica.

As seis comunidades selecionadas no estudo foram divididas de acordo com o grau de exposição a tiroteios com a presença de agentes de segurança: três delas são recorrentemente afetadas por esses episódios enquanto outras três, embora tenham características socio-demográficas semelhantes, não costumam ser atingidas pelo mesmo tipo de violência, segundo os registros disponibilizados pelo Instituto Fogo Cruzado. Isso permitiu realizar uma pesquisa de campo com 1.500 moradores adultos desses locais para conhecer o efeito da exposição a tiroteios na oferta dos serviços de saúde e no estado de saúde dos moradores. A pesquisa não teria sido possível sem a colaboração das pessoas entrevistadas que reconheceram a importância do projeto e se dispuseram a responder o questionário.

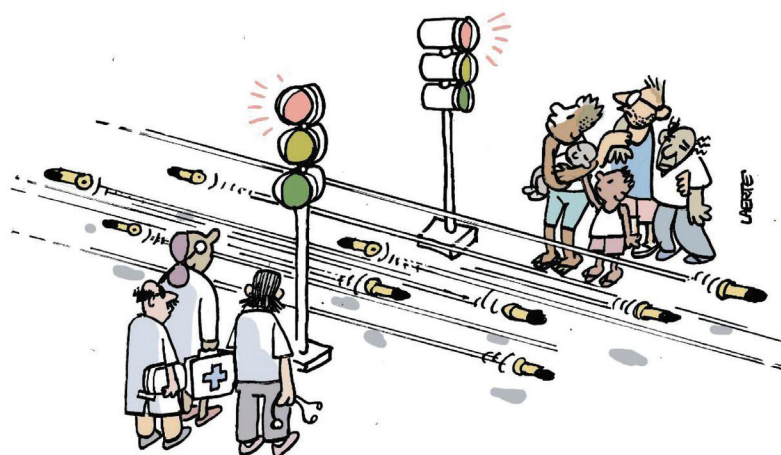


# POR QUE ESTUDAR O IMPACTO DA GUERRA ÀS DROGAS NA SAÚDE DA POPULAÇÃO?

As incursões policiais são uma realidade presente na vida de muitos brasileiros, especialmente em favelas e periferias. Esse cotidiano impacta negativamente tanto a saúde das pessoas quanto o próprio funcionamento dos serviços, sendo fundamental que pesquisas e estudos consigam identificar esses efeitos e suas consequências.

Existem diferentes caminhos pelos quais a violência pode afetar não só diretamente as condições de saúde dos moradores expostos, mas também os serviços de saúde que lhes são prestados. Essa forma de violência pode acarretar: 1) aumento da demanda de atendimentos, seja para acompanhamento com profissionais da área da saúde mental, seja para urgência e emergência, reabilitação, entre outros; 2) interrupção dos atendimentos devido às situações de violência no território em que os serviços de saúde estão localizados, o que desorganiza os processos de trabalho estabelecidos e, conseqüentemente, impacta a saúde da população; e 3) adoecimento psíquico dos profissionais de saúde que atuam em territórios com conflito armado.

O Rio de Janeiro convive constantemente com a violência decorrente de ações policiais que são obstáculos para o funcionamento de serviços de saúde. Nesse contexto, destaca-se a adoção do protocolo Acesso Mais Seguro, criado pela Cruz Vermelha internacional como uma ferramenta de gestão de risco em episódios de conflitos armados, para evitar a interrupção temporária da prestação de serviços públicos. Segundo a Secretaria Municipal de Saúde da capital fluminense, episódios de violência causaram 445 fechamentos das unidades municipais de saúde, somente em 2022.



# COMO FOI REALIZADA A PESQUISA?

## MÉTODOS EMPREGADOS

Com o objetivo de estimar o efeito da guerra às drogas sobre a saúde física e mental da população em determinados territórios da cidade do Rio de Janeiro, bem como os custos econômicos associados a tal política, a pesquisa procurou comparar áreas ao redor das unidades básicas de saúde mais expostas a tiroteios com a presença de agentes de segurança em 2019 – antes da pandemia de Covid-19 – a áreas que não foram expostas aos mesmos eventos naquele ano. Foram consideradas as ocorrências registradas a um raio de até 400 metros das unidades de saúde. Para fazer essa identificação foi necessário georreferenciar a localização das unidades de saúde dos territórios e cruzá-las com a base de tiroteios do *Fogo Cruzado*.

As seis comunidades foram selecionadas de modo a formar grupos de caso e controle com perfis sociodemográficos semelhantes, segundo dados disponibilizados pelo Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), órgão de pesquisa da Prefeitura do Rio de Janeiro. Assim, no grupo das comunidades expostas a tiroteios com a presença de agentes de segurança encontram-se as três comunidades mais afetadas por esses episódios: Nova Holanda, uma das comunidades do complexo da Maré; CHP-2, do complexo de Manguinhos, ambas na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro; e Vidigal, localizado na Zona Sul. As três comunidades que compõem o grupo controle são: Parque Proletário dos Bancários, localizada na Ilha do Governador; Parque Conquista, no bairro do Caju, ambas na Zona Norte do Rio de Janeiro; e Jardim Moricaba, comunidade no bairro Senador Vasconcelos, Zona Oeste.

Para conhecer o estado de saúde dos moradores dessas comunidades, realizou-se uma pesquisa em pontos de fluxo de grande circulação, onde foram aplicados 250 questionários em cada uma das seis comunidades, totalizando 1.500 entrevistas com pessoas de 18 anos ou mais. A amostra foi desenhada por cotas de faixa etária e sexo proporcionais às respectivas populações locais observadas no Censo 2010. Com o objetivo de mensurar o efeito da guerra às drogas sobre o risco de desenvolver alguns agravos de saúde nas comunidades selecionadas foram utilizados modelos de regressão logística.

A pesquisa buscou estimar também parte dos custos monetários da guerra às drogas na saúde. O objetivo foi traçar um limite inferior para três tipos de perdas econômicas associadas à exposição a tiroteios envolvendo agentes de segurança:

1. **Afastamento das atividades rotineiras relacionado ao aumento das morbidades (hipertensão, insônia prolongada, depressão e ansiedade);**
2. **Interrupções dos serviços de saúde nas comunidades mais expostas à violência armada provocada pelo Estado;**
3. **Custo de tratamento no SUS de duas das quatro doenças significativamente aumentadas nas três comunidades atingidas – hipertensão e depressão – conforme valores médios documentados na literatura brasileira de saúde pública.**

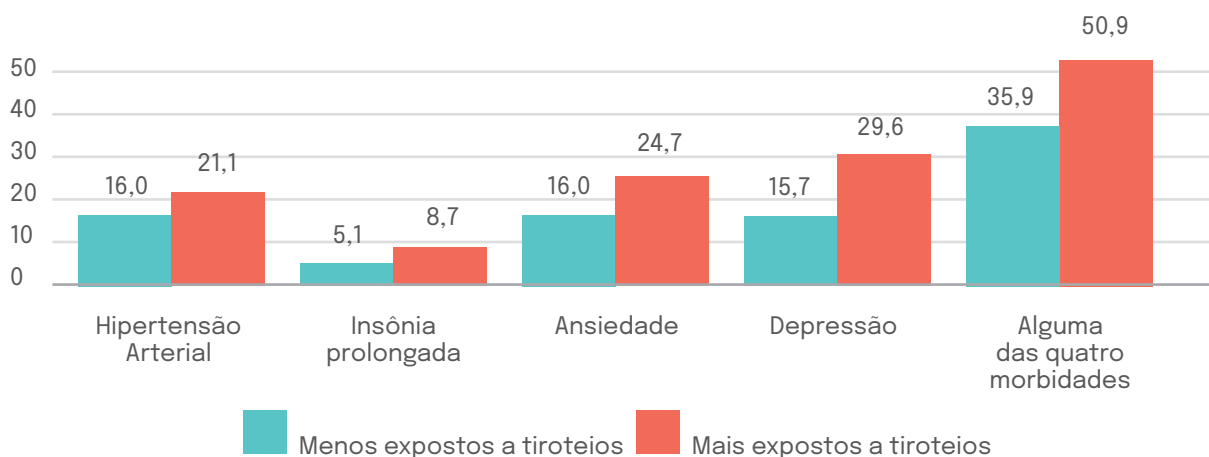


# RESULTADOS: SAÚDE SOB PRESSÃO

As constantes operações policiais deixam marcas na vida dos moradores de favelas do Rio de Janeiro. A rotina de medo, insegurança e incertezas a que se submete parte da população impacta sua saúde física e psicológica, além de prejudicar o acesso dessas pessoas à rede pública de saúde.

Os resultados encontrados permitem afirmar que há uma prevalência significativamente aumentada de determinadas doenças em populações submetidas a rotina de tiroteios com presença de agentes de segurança pública. As proporções de adultos com hipertensão arterial, insônia prolongada, ansiedade e depressão são estatisticamente mais altas nas comunidades onde esses episódios se repetem sistematicamente, se comparadas a outras áreas semelhantes do ponto de vista sociodemográfico, mas sem tiroteios constantes. O gráfico 1 destaca as diferenças nas proporções de adultos acometidos por essas quatro morbidades conforme a presença ou não de tiroteios com agentes de segurança pública nas comunidades.

**GRÁFICO 1: PREVALÊNCIA DE HIPERTENSÃO ARTERIAL, INSÔNIA PROLONGADA, ANSIEDADE E DEPRESSÃO SEGUNDO A EXPOSIÇÃO A TIROTEIOS COM PRESENÇA DE AGENTES DE SEGURANÇA NAS COMUNIDADES (EM %)**



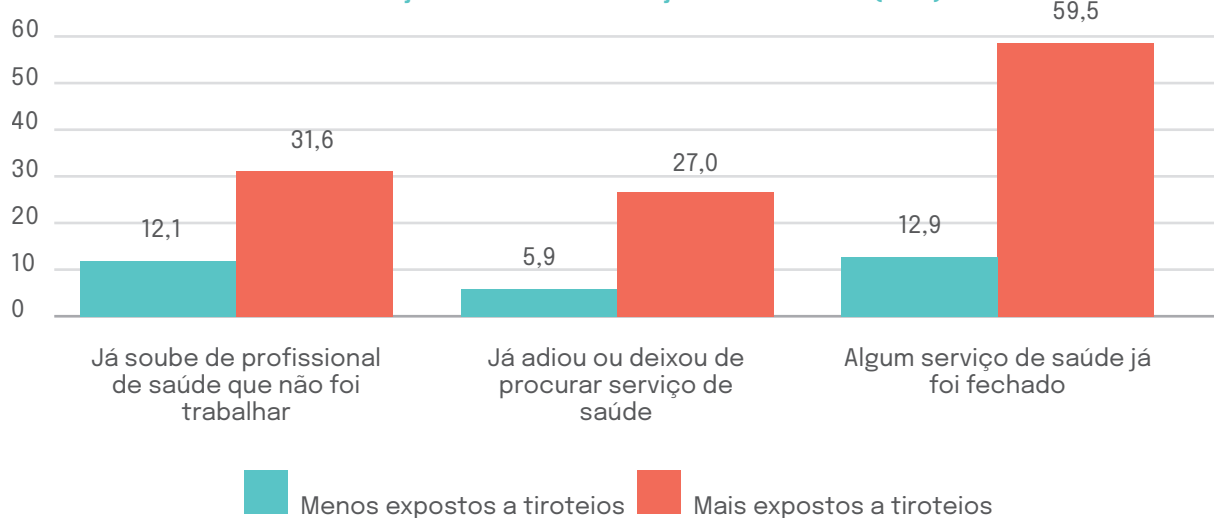
O caso da hipertensão arterial chama atenção de forma especial. Além do aumento na prevalência, o modelo utilizado para estimar a probabilidade de desenvolvimento desse agravo mostrou que a chance de ter esta doença é 42% maior entre os moradores das comunidades com mais tiroteios com a presença de agentes de segurança em comparação aos moradores de outras comunidades. E essa probabilidade se mostra significativamente maior inclusive para pessoas de 30 a 44 anos de idade, penalizando não apenas a faixa etária de 45 anos ou mais em que a hipertensão arterial é mais prevalente. Do ponto de vista da dinâmica epidemiológica, isso configura um quadro que tende a se agravar com o processo de envelhecimento populacional em curso.

A hipertensão arterial é uma doença de alta prevalência nacional e mundial, acompanhada de elevados riscos de morbidade e mortalidade por complicações cardiovasculares e acidentes vasculares cerebrais, entre outras condições.

Depressão e ansiedade, classificados na literatura médica como transtornos mentais, e insônia prolongada, identificada como um distúrbio do sono, também são condições de enorme impacto no bem-estar das populações afetadas, com consequências em outros problemas de saúde (inclusive hipertensão arterial) e em diversas áreas da vida social. É compreensível que morbidades de fundo psicológico e emocional sejam particularmente afetadas pela rotina de medo e violações a que certas populações são cotidianamente submetidas.

Observou-se também que a violência armada provocada por agentes do Estado compromete a oferta dos serviços de saúde. Nas comunidades mais expostas a tiroteios com a presença de agentes de segurança, os moradores relataram com mais frequência o fechamento da unidade de saúde, ausência de profissionais e a impossibilidade de deslocamento até os serviços em comparação com as comunidades onde esses episódios não ocorrem.

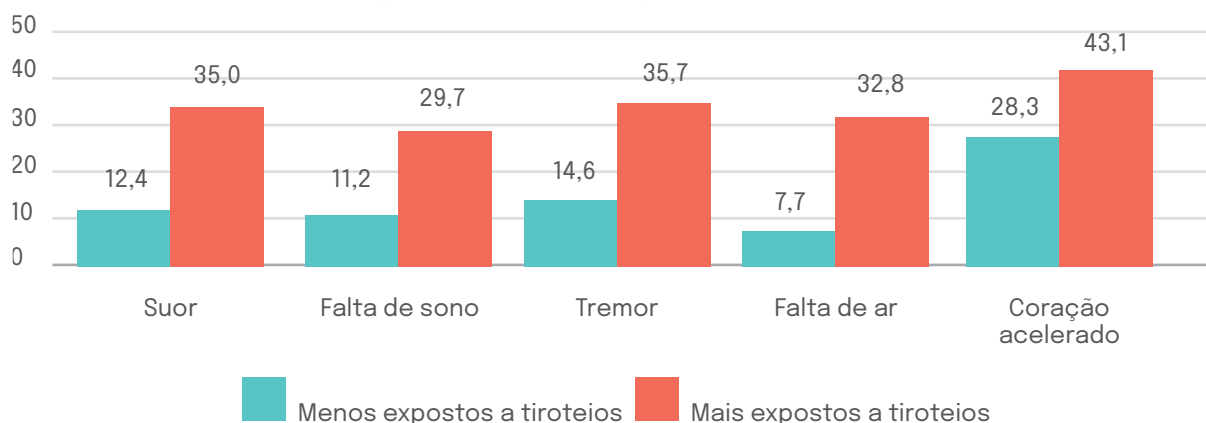
**GRÁFICO 2: RESTRIÇÕES NO ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE SEGUNDO A EXPOSIÇÃO A TIROTEIOS COM PRESENÇA DE AGENTES DE SEGURANÇA NAS COMUNIDADES (EM %)**



Os impactos na oferta resultam no desenvolvimento ou no agravamento de condições de saúde a longo prazo pela falta de acompanhamento médico. Mesmo quando não acarretam diretamente algum tipo de doença, a exposição rotineira a tiroteios decorrentes de ações policiais provoca efeitos negativos imediatos. Nas comunidades mais afetadas por esses episódios, cerca de 30% dos moradores que ouviram tiroteios próximos às residências relataram suor, falta de sono, tremor e falta de ar durante esses confrontos, percentual que sobe para 43% no caso de coração acelerado. Nas comunidades sem tiroteios, esses percentuais são consideravelmente menores.



**GRÁFICO 3: RELATOS DE SINTOMAS DURANTE TIROTEIOS SEGUNDO A EXPOSIÇÃO A TIROTEIOS COM PRESENÇA DE AGENTES DE SEGURANÇA NAS COMUNIDADES (EM %)**



Por fim, foram estimados os custos econômicos associados aos impactos da guerra às drogas na saúde dos moradores das três comunidades mais expostas a tiroteios envolvendo agentes de segurança pública – Nova Holanda (no Complexo da Maré), Vidigal e CHP-2 (no Complexo de Manguinhos). A maior prevalência de algumas morbidades nessas comunidades impede que os moradores realizem diversas atividades rotineiras como trabalhar, estudar, cuidar da casa e dos filhos. Isso afeta diretamente a renda do conjunto dos moradores dessas comunidades, que perdem R\$ 1.391.209,00 em um ano em função da não realização dessas atividades, em valores de 2022. Estimou-se, ainda, que o fechamento das unidades de saúde devido à violência nas comunidades mais expostas a tiroteios envolvendo agentes de segurança custou, por ano, R\$ 316.963,72 para o Estado e para a sociedade, em valores de 2022. E apenas aos tratamentos adicionais de casos de hipertensão arterial e depressão, atribuiu-se um custo estimado entre R\$ 69 mil e R\$ 95 mil, em valores de 2022.

As hipóteses conservadoras adotadas no presente estudo sugerem que esses valores estão subestimados. Esses números representam um limite inferior para o custo da guerra às drogas relacionado à saúde dos moradores das três comunidades citadas. Eles não consideram outros custos de grande importância, como os relativos às pessoas mortas e feridas diretamente pela violência das incursões de agentes de segurança pública. Também não levam em conta a perda de qualidade de vida em anos de vida saudável. Para além do que foi e até mesmo do que poderia ter sido convertido em valores monetários, o maior custo é aquele observado diretamente na saúde reportada pelos moradores.



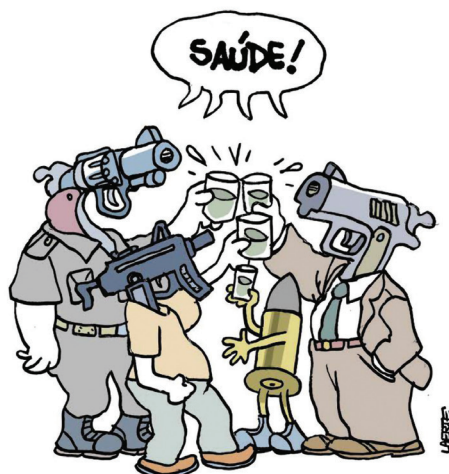
## CONCLUSÃO

A guerra às drogas é, sem dúvida, uma das faces mais dramáticas da nossa sociedade. Trata-se de uma escolha política que, além de não cumprir seus objetivos declarados de diminuir a oferta, o consumo e a circulação de determinadas drogas, produz violência em múltiplas dimensões. Como se não bastasse tamanho fracasso, essa estratégia custa caro - muito caro - aos cofres públicos.

Como essa política afeta a rede pública de saúde? Quais os efeitos no corpo e na mente de quem vive na linha do tiro? Quanto custa para um morador não poder realizar suas atividades cotidianas em função dessa violência? Qual a consequência para a saúde de pessoas que não conseguem comparecer a uma consulta médica há muito agendada por causa de uma operação policial? Estas perguntas guiaram o presente estudo.

Os resultados indicam que a guerra às drogas impacta negativamente a saúde de uma parcela da população - negra e periférica - sistematicamente violentada pelo Estado. Nas comunidades mais expostas a tiroteios com a presença de agentes de segurança há: a) aumento da prevalência de hipertensão arterial, insônia prolongada, depressão e ansiedade; b) aumento na chance de desenvolvimento dessas condições; c) interrupções frequentes do funcionamento das unidades de saúde, ocasiões em que profissionais de saúde não conseguem acessar seu local de trabalho e os moradores ficam impedidos de procurar os serviços de saúde. A face bélica do proibicionismo, portanto, fere o direito fundamental ao acesso universal e igualitário à saúde pública garantido pela Constituição Federal.

Se, por um lado, a guerra às drogas fracassa em seu objetivo declarado, por outro a mesma funciona como ferramenta do racismo e do extermínio da juventude negra e periférica. Isto, por si só, deveria justificar a urgência de se adotar uma nova política de drogas que, ao invés de provocar agravos na saúde da população, como fartamente demonstrado neste relatório de pesquisa, garanta direitos e a proteção da vida.





[drogasquantocustaproibir.com.br](http://drogasquantocustaproibir.com.br)



[@drogas\\_quantocustaproibir](https://www.instagram.com/drogas_quantocustaproibir)



[@CustoProibicao](https://twitter.com/CustoProibicao)

Diagramação

Refinaria Design

**DROGAS:  
QUANTO  
CUSTA  
PROIBIR**

REALIZAÇÃO



Centro de Estudos de Segurança e Cidadania

*Fundado em 2000, o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) desenvolve pesquisas e outros projetos nas áreas de segurança pública, justiça e política de drogas, tendo como compromisso a promoção dos direitos humanos e a luta contra o racismo no sistema de justiça criminal brasileiro.*

[cesecseguranca.com.br](http://cesecseguranca.com.br)